



PRESSUPOSIÇÃO E IMPLICATURAS GRICEANAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INFERÊNCIAS DOS VERBOS FACTIVOS

PRESUPPOSITION AND GRICEAN IMPLICATURES:
CONSIDERATIONS ON INFERENCES
OF FACTIVE VERBS

Andressa D'Ávila¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir o estatuto das inferências associadas a verbos factivos. Tradicionalmente, esses verbos são classificados como gatilhos pressuposicionais, porém, à medida que a noção pressuposição foi levando a problemas de análise, o modelo de implicaturas de Grice (1975) aparece como alternativa de classificação. Além de apresentar o percurso dessas expressões, iremos a partir de alguns dados em Português Brasileiro (PB), estabelecer um breve diálogo com as intuições de Karttunen (2016), a fim de argumentar em favor do retorno à discussão sobre gatilhos pressuposicionais, já há algum tempo estagnada no Brasil.

Palavras-Chave: Verbos factivos; Pressuposição; Implicaturas.

¹ E-mail: davilandressa@gmail.com.

Abstract: *This paper aims to discuss the status of inferences associated with factive verbs. Traditionally, these verbs are classified as presupposition triggers, however, since the concept of presupposition poses some analysis problems, the Gricean model of implicatures appears as an alternative of classification. In addition to presenting some background of these expressions, we will show Brazilian Portuguese (BP) data in order to confront some Karttunen's (2016) insights. In conclusion, we argue in favor of reopening the discussion on presupposition triggers, which remains quite outdated in Brazil.*

Keywords: *Factive verbs; Presupposition; Implicatures.*

INTRODUÇÃO

O fenômeno da pressuposição foi motivo de um intenso debate que se inicia na Filosofia e chega à Linguística, por volta da década de 1960, onde se mantém muito produtivo até meados da década de 1980.² Gerou muito interesse de semanticistas e pragmaticistas esse aspecto da significação que não diz respeito ao conteúdo relacionado ao valor de verdade das sentenças, mas que claramente contribui para o seu significado geral. Em referência a esse primeiro período de discussões, Levinson (2007) afirma que:

(...) há mais literatura sobre pressuposição do que sobre qualquer outro tópico da pragmática (exceto, talvez, os atos de linguagem) e, embora boa parte dela seja de um tipo técnico e complexo, boa parte também é obsoleta e estéril. (...) Como consequência desta vasta produção, o estudante assíduo encontrará praticamente todos os pronunciamentos deste capítulo desmentidos em alguma parte da bibliografia. (LEVINSON, 2007, p. 209-210)

Os aparatos formais para lidar com essa questão são muitos e o objetivo desse artigo não é debater esses modelos, mas apresentar alguns dados para discutir as inferências³ associadas a verbos classificados pela literatura como *verbos factivos* – tais como *reconhecer, admitir, confessar, arrepende-se*, entre outros. Em linhas gerais, a análise tradicional para essas expressões é a de que elas tenham como pressuposição a verdade do seu complemento (cf. KIPARSKY E KIPARSKY, 1970); essa ideia, no entanto, foi se alterando à medida que outros tipos de inferência foram identificados e o estatuto a se atribuir às inferências dos verbos factivos ainda é uma questão em aberto.

² Uma análise crítica desse debate, em português, pode ser encontrada em Pagani (1996) e Goldnadel (2004).

³ O termo *inferência* será usado nesse texto como um termo genérico para se referir aquilo que está para além do conteúdo semântico das sentenças.

Como não é possível recuperar aqui todo o debate envolvendo essas expressões, vamos nos concentrar nas considerações mais recentes de Karttunen (2016), as quais veremos em detalhes adiante. Começaremos com um breve percurso histórico sobre as inferências ligadas aos verbos factivos e sua relação com as noções de pressuposição, implicaturas conversacional e convencional.

Considerando a ressalva de Levinson (2007), apresentaremos aqui uma definição de pressuposição que, para o momento, nos parece mais simples:

- (1) A pressupõe *B* se e somente se *B* pode ser dada como certa em todo contexto no qual *A* é usada. (CHIERCHIA, 2003, p. 186)

Além disso, o entendimento mais tradicional é de que a pressuposição esteja ligada a expressões linguísticas específicas que são responsáveis por disparar a inferência pressuposicional.⁴ Em Chierchia (2003), encontramos algumas estruturas para a manipulação das sentenças que podem ajudar na identificação da pressuposição; esse teste ficou conhecido como teste da “família pressuposicional” ou *P-família*. A *P-família* é o conjunto de contrapartes de uma sentença *A*, de forma que elas devem compartilhar com *A* a mesma pressuposição *B*. Esse conjunto de sentenças é composto pela própria sentença *A*, a sua negação, a interrogação de *A* e um condicional que contenha a sentença *A* no seu antecedente, como se vê nos exemplos em (2) abaixo – a proposição seguida do símbolo >> é a pressuposição associada à expressão destacada:

- (2) a. Elena *parou* de escrever seu romance.
b. Elena não *parou* de escrever seu romance.
c. Elena *parou* de escrever seu romance?
d. Se Elena *parou* de escrever seu romance, os leitores vão ficar decepcionados.
e. >> Elena estava escrevendo um romance.

⁴ Desde os anos 2000, os autores que discutem pressuposição têm questionado essa ideia, propondo que se abra mão da estipulação de que conteúdos pragmáticos estejam associados a determinados itens lexicais, de forma convencional. Tem havido algumas tentativas de divisão entre tipos de gatilhos com base em uma distinção conversacional – para detalhes, ver, principalmente, Simons (2001) e Romoli (2012).

Conforme a definição em (1), não é possível dizer qualquer das sentenças de (2a) a (2d) em um contexto no qual (2e) não seja dado como certo; o verbo *parar* carrega a pressuposição de que a ação de escrever um romance decorria antes do momento em que as sentenças foram proferidas – mesmo que a sentença em (2a) seja negada, como em (2b), segue sendo o caso que Elena escrevia um romance antes (e continua escrevendo), de forma que fica ilustrada a independência entre o conteúdo veri-condicional da sentença e a sua pressuposição. *Parar* pode ser considerado, portanto, o que se convencionou chamar de um *gatilho pressuposicional*. Um conjunto de outras expressões receberam esse mesmo estatuto e foram analisadas como gatilhos ou acionadores de pressuposição durante um bom tempo. Dessa lista de expressões,⁵ nos interessa em particular os *verbos factivos*, predicados que, de acordo com Kiparsky e Kiparsky (1970), pressupõem – e, no caso das afirmativas, também acarretam – a verdade do seu complemento. Vejamos alguns exemplos:

- (3) a. Ana *sabe/não sabe* que Maria mudou de cidade.
b. >> Maria mudou de cidade.
- (4) a. Pedro *lamentou/não lamentou* ter perdido a festa do João.
b. >> Pedro perdeu a festa do João.
- (5) a. João *percebeu/não percebeu* que estava muito atrasado.
b. >> João estava muito atrasado.
- (6) a. Elena *reconheceu/não reconheceu* que Pedro estava mentindo.
b. >> Pedro estava mentindo.
- (7) a. Ana *se arrependeu/não se arrependeu* de ter votado em branco.
b. >> Ana votou em branco.

Embora os exemplos acima pareçam casos típicos de pressuposição, a certa altura das reflexões sobre o fenômeno, os autores perceberam que as expressões que compunham a lista de gatilhos pressuposicionais pareciam não ter um comportamento tão uniforme quanto se supunha e, no que diz respeito aos verbos factivos, essa heterogeneidade se mostrou muito clara.

Nas próximas seções, iremos apresentar um dos problemas com os quais as teorias sobre pressuposição se depararam, em particular, em relação aos

⁵ A lista completa aparece em Levinson (2007, p. 226-232) e é atribuída a Lauri Karttunen (s.d.).

verbos factivos. Na sequência, veremos que uma das saídas para esse problema foi recorrer às noções de *implicaturas convencional* e *conversacional*, de Grice (1975) – saída que foi se “modernizando” e hoje é das mais exploradas pelas teorias atuais. Por fim, discutiremos a intuição mais recente de Karttunen (2016) de que as inferências disparadas por verbos como *arrepender-se*, *reconhecer*, *confessar* e *admitir* sejam casos de implicaturas convencionais. Faremos essa discussão pensando em sentenças do Português Brasileiro (PB) e procuraremos demonstrar que, mesmo depois de muito debate sobre o assunto, as inferências associadas aos verbos factivos ainda são um desafio.

1 PROJEÇÃO DAS PRESSUPOSIÇÕES E VERBOS FACTIVOS

Conforme vimos acima, a resistência da pressuposição tanto à negação, quanto às outras estruturas complexas, teve um papel importante para a definição do fenômeno, mas acabou não sendo suficiente para isolar um conjunto homogêneo de inferências. Um exame mais cuidadoso mostrou que as pressuposições são sensíveis a elementos do contexto discursivo ou mesmo do contexto linguístico mais imediato e, portanto, não são tão constantes quanto se supunha. A questão pode ser ilustrada com os exemplos abaixo:

- (8) a. Se o João *descobrir* que o Pedro saiu sozinho ontem, ele vai ficar chateado.
b. >> Pedro saiu sozinho ontem.
c. Se eu *descobrir* que o Pedro saiu sozinho ontem, eu vou ficar chateado.

Karttunen (1971b) observou, entre outras coisas, que alguns factivos na terceira pessoa tendem a *projetar a pressuposição*, isto é, a pressuposição da sentença simples é herdada pela sentença complexa – como acontece em (8a), que compromete o falante com a verdade de (8b). No entanto, factivos na primeira pessoa não se comportam da mesma maneira e não se pode afirmar que (8c) pressupõe (8b). Outros verbos como *arrepender-se* ou *esquecer-se*, por outro lado, parecem disparar pressuposições menos sensíveis ao cancelamento:

- (9) a. Se o Pedro *se arrepender* de ter votado em branco, ele vai assumir publicamente.
c. >> Pedro votou em branco.

b. Se eu me *arrepender* de ter votado em branco, eu vou assumir publicamente.

d. >> Eu votei em branco.⁶

(10) a. Se Ana *esquecer* que a prova é semana que vem, eu deixo um aviso para ela.

b. Se eu *esquecer* que a prova é semana que vem, eu vou precisar do exame final.

c. >> A prova é semana que vem.

Karttunen (1971b) divide, então, a classe dos verbos factivos entre *semi-factivos*, como em (8) – outros exemplos são *saber* e *perceber*, por exemplo, que nem sempre projetam a pressuposição para sentenças complexas –, e *factivos completos* (*full factives*), como em (9) e (10). Essa divisão, também sustentada mais tarde por Stalnaker (1974), leva em conta o problema da projeção dos verbos factivos e preserva a noção de pressuposição. Stalnaker, porém, já caminha em direção a uma explicação conversacional da pressuposição e faz menção a princípios que remetem diretamente a Grice (1975).⁷ Nesse momento, o viés puramente semântico no tratamento desse tipo de inferência passa a ser questionado, dada a sua sensibilidade a elementos do contexto:

A abordagem pragmática torna possível explicar alguns fatos específicos sobre pressuposições em termos de máximas gerais da comunicação racional, ao invés de em termos de hipóteses complicadas e *ad hoc* sobre a semântica de palavras particulares e tipos particulares de construções. (STALNAKER, 1974, p. 472)

⁶ Conforme apontado por um dos pareceristas anônimos da revista, o conteúdo da pressuposição depende do tempo verbal da sentença encaixada.

(i) Se o Pedro se arrepender de votar em branco, ele vai assumir publicamente.

(ii) Se eu me arrepender de votar em branco, eu vou assumir publicamente.

(iii) >> Pedro votará em branco/Eu votarei em branco.

No entanto, ainda assim, mesmo com essa alteração, alguma pressuposição se mantém ao contrário do que se demonstrou em (8).

⁷ *Logic and Conversation* é publicado um ano depois de *Pragmatic Presuppositions*, de R. Stalnaker, no entanto, já em Stalnaker (1973) há referência às ideias de Grice: “A influência de H. P. Grice nessas observações ficarão claras para qualquer um que conheça seu trabalho. A influência chegou até mim (de modo informal) principalmente de seu, ainda não publicado, *Lógica e Conversação*.” (STALNAKER, 1973, p. 456).

Há, portanto, noções pragmáticas da pressuposição que consideram essa inferência cancelável e essa postulação resolve alguns problemas descritivos. No entanto, assumir essa noção de pressuposição gera um problema para a formalização desse fenômeno. Até hoje, não foi possível encontrar, conforme aponta Karttunen (2016, p. 707), uma proposta unificada da pressuposição que se sustente formalmente para toda a lista de gatilhos. De acordo com o entendimento mais recente de Karttunen (2016), as noções de implicatura griceanas seriam uma saída que permitiria que fossem consideradas pressuposição apenas as inferências que resistem aos testes clássicos e os casos mais sensíveis ao contexto se explicariam via implicaturas. Disso decorreriam explicações formais distintas, para fenômenos distintos.

O modelo de implicaturas, tal como é apresentado por Grice (1975), provoca uma grande repercussão nas discussões sobre pressuposição. As análises que antes consideravam apenas a pressuposição como tipo de inferência se viram diante de outras possibilidades de relações inferenciais. Karttunen e Peters (1979) são exemplo de uma postura radical, defendendo o abandono da noção de pressuposição em favor das noções de *implicatura convencional* e *conversacional*, propostas por Grice (1975). Para esses autores:

Um grande conjunto de casos que têm sido chamados de pressuposição são, na verdade, casos de implicatura convencional. Os exemplos mais óbvios são aqueles associados a partículas como *também*, *ou*, *mesmo*, *apenas*, entre outros. Essa classe também inclui as pressuposições de certos factivos, tais como *esquecer-se*, *perceber*, *levar em consideração*, entre outros (...) (KARTTUNEN E PETERS, 1979, p. 11)⁸

A ideia de que os verbos factivos citados acima são responsáveis por implicaturas convencionais não é desenvolvida nesse texto, mas aqui já se percebe que o estatuto de pressuposição da inferência associada a esses verbos é controverso e a categoria griceana de implicatura convencional aparece como possibilidade de pacificar a questão. O restante do artigo se concentra no funcionamento da expressão *even*, que até aquele momento era considerada um gatilho pressuposicional (cf. HORN, 1969), mas que é tratada pelos autores como um caso de implicatura convencional.⁹ Antes de seguirmos com as

⁸ Todas as traduções são nossas, a menos que o texto conte com tradução para o português. Em caso de tradução, as páginas e o ano de citação serão da publicação brasileira.

⁹ Para uma análise do equivalente em PB, *mesmo*, nos termos de Karttunen e Peters (1979), ver Pagani e D'Ávila (2017).

considerações sobre os factivos, vamos apresentar os conceitos de implicatura que serão manipulados a partir daqui.

2 MODELO GRICEANO DE INFERÊNCIAS

O pano de fundo da discussão de Grice em seu texto mais conhecido, *Lógica e Conversação*, são as divergências que existem entre o significado de operadores lógicos, como \wedge , \rightarrow , \vee , e suas contrapartes nas línguas naturais, *e*, *se... então*, *ou*, etc. Segundo ele, há dois posicionamentos em relação à questão, ou se considera que:

(...) uma vez que os lógicos se ocupam com a formulação de padrões muito gerais de inferências válidas, os símbolos formais possuem uma vantagem decisiva sobre suas contrapartes em línguas naturais. (...) de um ponto de vista filosófico, o fato das contrapartes naturais possuírem elementos em sua significação que não correspondem aos símbolos formais é considerado como uma imperfeição das línguas naturais, sendo tais elementos da significação excrescências indesejáveis. (GRICE, 1982, p. 81 – destaques nossos)

Ou, por outro lado,:

(...) enquanto não há dúvida de que os símbolos formais são especialmente sensíveis a um tratamento sistemático pelo lógico, *restam os casos em que há muitas inferências e argumentos, expressos em línguas naturais e não em termos destes símbolos, que são, contudo, reconhecidamente válidos*. Assim, deve haver lugar para uma lógica não-simplificada, e mais ou menos assistemática, das contrapartes naturais destes símbolos formais; esta lógica deve ser auxiliada e guiada pela lógica simplificada dos símbolos formais mas não pode ser por ela suplantada. *Na verdade, não só as duas lógicas diferem mas algumas vezes estão em conflito; regras que valem para um símbolo formal podem não valer para sua contraparte em línguas naturais*. (GRICE, 1982, p. 83 – destaques nossos)

Grice (1975) não assume nenhuma das posições já que, para ele, não há, na realidade, divergências entre esses elementos. O que acontece é que os falantes usam as línguas naturais para se engajar em trocas conversacionais e são essas trocas que geram as “excrescências” das expressões em uso. Em outras palavras, no nível do que é *dito* pelos falantes, tanto as expressões linguísticas, quanto os conectivos lógicos significam a mesma coisa. As sentenças em língua natural, no entanto, consideradas as circunstâncias de enunciação, têm a

propriedade de carregar *implicaturas*¹⁰, isto é, os falantes são capazes de, a partir do que é dito, calcular significados pragmáticos subjacentes.

Grice (1975) distingue dois tipos de implicaturas, as *conversacionais* e *convencionais*; sobre as primeiras, ele afirma que:

(...) são essencialmente conectadas com traços gerais do discurso. (...) Nossos diálogos, normalmente, não consistem em uma sucessão de observações desconectadas, e não seria racional se assim fossem. Fundamentalmente, eles são, pelo menos até certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos, ou, no mínimo uma direção mutuamente aceita. (GRICE, 1982, p. 86)

As implicaturas conversacionais são de dois tipos: *generalizadas* e *particularizadas*. A *implicatura conversacional generalizada* pode ser ilustrada com a seguinte sentença:

(11) João casou e teve um filho.

A conjunção *e* tem uma implicatura de ordenamento que o operador lógico \wedge não carrega, isto é, do ponto de vista lógico, essa sentença significa que, em uma dada situação do mundo, se é verdade que João casou e se é verdade que João teve um filho, então é verdade que João casou e teve um filho. No entanto, quando os falantes, no uso cotidiano da língua, proferem (11), normalmente, se faz a inferência de que João casou primeiro e, *depois*, teve um filho. Essa inferência não faz parte da significação do operador lógico e também não parece estar relacionada ao valor de verdade da sentença – ou seja não faz parte do *dito*, sendo, nesse caso, uma implicatura:

(12) a. * João casou e teve um filho, mas ele não tem filhos.
b. João casou e teve um filho, mas não nessa ordem.

Em (12b), vemos que é possível negar ou cancelar a implicatura, mas não é possível negar um dos conjuntos de *e* sem gerar contradição, como em (12a). Além disso, essa implicatura é classificada como generalizada porque ela não depende de configurações específicas do contexto, pelo contrário, “(...) às vezes, o uso de uma certa combinação de palavras numa enunciação pode acarretar

¹⁰ A noção de implicatura está intimamente ligada ao princípio da cooperação e das máximas conversacionais que decorrem desse princípio. Para uma apresentação detalhada desses conceitos, em português, ver Pires de Oliveira e Basso (2014).

normalmente (na AUSÊNCIA de circunstâncias especiais) uma implicatura tal e tal ou um determinado tipo de implicatura.” (GRICE , 1982, p. 100 – destaque do autor).

Essa última propriedade não se aplica às *implicaturas conversacionais particularizadas*, cujo conteúdo vai depender crucialmente do contexto e do *conhecimento compartilhado* entre os falantes. Vejamos o diálogo abaixo:

(13) Pedro: O novo *Star Wars* estreia hoje!

Ana: Eu saio às 18:30.

Considere que Ana e Pedro são muito fãs da saga *Star Wars* e nunca perdem uma estreia. Dadas essas informações contextuais, que são compartilhadas pelos falantes, o proferimento “O novo *Star Wars* estreia hoje...” – além de significar que é verdade que “O novo *Star Wars* estreia hoje...”, se e somente se, o novo filme de *Star Wars* estiver passando pela primeira vez nos cinemas, no dia específico da enunciação – carrega a implicatura de convite. Pedro está chamando Ana para ir ao cinema, o que foi é rapidamente apreendido pela interlocutora, que não precisou que o convite fosse explicitado.

Essa mesma sentença pode, no entanto, carregar outras implicaturas dadas outras configurações do contexto. Se, por exemplo, a irmã de Ana pergunta se ela vai ao seu chá de bebê, que é hoje, e a resposta é “O novo *Star Wars* estreia hoje...”, a implicatura aqui é de recusa a um convite – e uma vez que a irmã de Ana compartilha do conhecimento de que ela não perde estreias do *Star Wars*, a recusa também não precisa ser explicitada. Em ambas as situações, é partindo do significado da sentença que os interlocutores chegam ao significado do falante, isto é, aquilo que Pedro e Ana quiseram que eles entendessem com o seu proferimento.

Desses novos tipos de inferência, o que reverberou nas pesquisas sobre pressuposição foi a propriedade das implicaturas conversacionais serem canceláveis – note que é possível cancelar as inferências dos dois casos acima:

(14) Pedro: O novo *Star Wars* estreia hoje!

Ana: Eu saio às 18:30.

Pedro: É, mas eu termino minha última aula só às 22:00. Vou perder essa estreia.

(15) Ana: O novo *Star Wars* estreia hoje... mas eu posso ir ao cinema depois que sair do chá de bebê.

Essa propriedade explicaria os casos em que as pressuposições das sentenças simples não se mantêm nas sentenças complexas, elas seriam implicaturas canceladas por algum elemento contextual ou da estrutura linguística – falaremos mais dessa relação na próxima seção.

Além dos dois tipos de implicaturas conversacionais, Grice (1975) identifica mais um que são as *implicaturas convencionais*, sobre as quais Pires de Oliveira e Basso (2014) afirmam que:

(...) a polêmica sobre a existência de implicaturas convencionais aparece no próprio texto inaugural de Grice (1975). Em trabalhos posteriores, Grice chamou atenção para a necessidade de refletir melhor sobre a sua natureza antes de tomá-las como um conceito pronto para ser aplicado insistindo em que, sem esse esclarecimento, nenhum uso da noção de IC [implicatura convencional] poderia ser aceito para propósitos explanatórios. Porém, é importante salientar que as implicaturas convencionais não eram um ponto crucial para Grice. Elas serviram apenas para ele poder, por contraposição, definir as implicaturas conversacionais, seu interesse principal. (PIRES DE OLIVEIRA e BASSO, 2014, p. 146)

O que é problemático na noção de implicatura convencional é que, segundo Grice (1975), ela é uma inferência que decorre do significado convencional das palavras e, portanto, não pode ser cancelada – o que é uma característica importante das implicaturas conversacionais:

Em alguns casos a significação convencional das palavras usadas determinará o que é implicado, além de socorrer-nos na determinação do que é dito. Se digo (presunçosamente) “*Ele é um inglês; ele é, portanto, um bravo*”, certamente comprometo-me em virtude da significação de minhas palavras, a que o fato dele ser um bravo é uma consequência do fato dele ser inglês. Mas embora tenha dito que ele é inglês e que ele é um bravo, não quero dizer que eu TENHA DITO (no sentido aqui favorecido de *dizer*) que decorre dele ser inglês que ele seja um bravo, ainda que eu tenha certamente indicado, portanto implicado, que isto é verdade. Não quero dizer que minha enunciação desta sentença seria, ESTRITAMENTE falando, falsa se a consequência em questão não fosse válida. Assim, ALGUMAS implicaturas são convencionais, ao contrário daquela com que introduzi esta discussão das implicaturas. (GRICE, 1982, p. 85)

Apesar da formulação um pouco confusa, em linhas gerais, o que Grice (1975) diz nesse trecho é que a indicação de que o sujeito de quem se fala é corajoso (em lugar de *bravo*, para ficar mais natural) e de que isso *decorre* do fato de ele ser inglês, não está no nível do dito. Isso porque, como se vê abaixo, a

expressão *portanto* não parece afetar o valor de verdade dos proferimentos¹¹ – (16a) é verdadeira precisamente nos mesmos contextos em que (16b):

- (16) a. Ele é inglês e é corajoso.
b. Ele é inglês e é, *portanto*, corajoso.

Pode acontecer de a implicatura ser considerada *falsa*, isto é, alguém pode objetar que não há relação alguma entre ser inglês e ser corajoso – e isso vale para qualquer proferimento com *portanto*. O que não acontece, por conta da natureza convencional da implicatura, é a inferência *não aparecer*, isto é, sempre que a expressão *portanto* for usada, a implicatura de consequência será disparada – e quem proferiu (16b) jamais poderá responder à objeção dizendo, por exemplo, que nunca quis indicar essa relação de causa.

O conceito de implicatura convencional também surge como uma forma de resolver os problemas que a noção de pressuposição vinha colocando. Conforme vimos acima, a definição desse conceito foi apenas esboçada por Grice, mas, apesar disso, muitos autores propuseram análises que consideravam a inferência dos verbos factivos como sendo implicaturas convencionais. Um exemplo recente dessa aproximação pode ser encontrado em Karttunen (2016), conforme veremos na seção seguinte; irão nos interessar, em particular, as considerações do autor sobre os verbos factivos de comunicação, como *reconhecer*, *confessar* e *admitir*, e também o verbo factivo de atitude proposicional *arrepender-se*.

3 IMPLICATURAS E VERBOS FACTIVOS

Lauri Karttunen é um dos autores que mais produziu a respeito de pressuposição durante a segunda metade do século XX. Em 2016, ele publicou um artigo com o título sugestivo de “*Presupposition: what went wrong?*”, revisando toda a lista de gatilhos que aparece em Levinson (2007), afirmando que “o zoológico de gatilhos pressuposicionais deveria ter sido construído com jaulas separadas para espécies diferentes. A busca por uma teoria unificada da pressuposição, pragmática ou semântica, tem sido um fracasso.” (KARTTUNEN, 2016, p. 706-707).

¹¹ Essa afirmação foi duramente criticada por Bach (1999). Para esse autor, as sentenças podem expressar mais de uma proposição e, o que Grice chamou de implicatura convencional, é, na verdade, uma das proposições de uma sentença – contribuindo, portanto, para as suas condições de verdade e não podendo ser negada pelo falante.

Nesse exercício de reflexão teórica, Karttunen (2016) retorna às inferências griceanas para reafirmar que entre o que se chamou de pressuposição dos verbos factivos, pode haver casos de implicaturas conversacionais e convencionais. Como vimos acima, ainda que se reconheça uma “classe” de verbos factivos, uma análise cuidadosa mostra que eles se comportam de maneiras diferentes em relação à pressuposição. De acordo com Karttunen (2016, p. 711), “era preciso ter sido distinguido, já no início [das discussões], pelo menos, os seguintes cinco tipos de expressões”:

ii. Verbos factivos

a. Certos predicados com sentenças como sujeito:

que S é estranho/trágico (em oposição a *é provável*)

que S conta/importante é suficiente (em oposição a *acontece*)

b. Certos adjetivos emotivos com complementos:

NP está feliz/contente/furioso que S (em oposição a *esperançoso*)

NP está triste/encantado/desapontado que VP (em oposição a *disposto*)

c. Certos verbos de atitude proposicional:

NP sabe/se arrepende/se esquece/se lembra que S (em oposição a *acreditar*)

d. Verbos de descoberta:

NP descobrir/perceber/observar que S (em oposição a *suspeitar*)

NP ser descoberto/percebido/observado por VP (em oposição a *ser suspeito*)

e. Certos verbos de comunicação: *reconhecer, admitir,*

confessar (em oposição a *dizer*)

(KARTTUNEN, 2016, p. 711)

Com uma posição mais moderada do que aquela defendida em Karttunen e Peters (1979), Karttunen (2016) considera que há casos em que a pressuposição é clara, como em (ii.a):

- (17) a. É estranho que Maria não tenha feito a prova
b. É estranho que Maria não tenha feito a prova?
c. Não é estranho que Maria não tenha feito a prova.
d. >> Maria não fez a prova.

Qualquer uma das três primeiras sentenças em (17) pressupõe que Maria não fez a prova; esse caso não causa grandes problemas e passa pelos testes clássicos para a pressuposição. No entanto, para o autor, os casos mais simples “envolvem uma única pessoa, o falante, e o mundo que ela habita tal como já é conhecido, sem contingências futuras, sem mundos imaginários ou imaginados por outras pessoas.” (KARTTUNEN, 2016, p. 711). Alguns verbos factivos, porém, podem envolver além do falante, crenças e atitudes de outras pessoas e, nesses casos, a inferência padrão, para esse autor, é a de que as crenças do falante e do “protagonista” da sentença são as mesmas:

- (18) a. Sally se arrependeu de não ter deixado uma gorjeta para o garçom.
b. >> Sally não deixou gorjeta para o garçom.

Segundo a argumentação de Karttunen (2016), o falante que profere (18a) não precisa necessariamente estar comprometido com a verdade de (18b). Seria possível indicar que o conhecimento do falante sobre os fatos é diferente do conhecimento do protagonista da sentença – Sally, nesse caso. De acordo com Karttunen (2016), Grice provavelmente teria chamado essa inferência associada a *arrepender-se* de implicatura conversacional generalizada, isto é, uma inferência que normalmente se faz, mas que pode ser cancelada caso haja indicação do contrário, como no exemplo da conjunção *e*, em (12b) acima. O recurso utilizado pelo autor para cancelar essa implicatura e indicar que o falante não compartilha das mesmas crenças de Sally, é o seguinte:

- (19) a. Sally *misremembered* not having left a tip and regretted it.

O autor considera (19) em um contexto em que Sally tenha se enganado a respeito de não ter deixado gorjeta para o garçom – ela pode, por exemplo, ter esquecido que o fez – e quem profere a sentença, sabendo do engano, não estaria pressupondo (18b). Há, pelo menos, duas questões que chamam atenção nesse exemplo. A primeira delas diz respeito à própria estrutura da sentença, há uma ambiguidade em (19), o pronome *it* pode se referir a Sally ter se arrependido de não ter deixado gorjeta (*not having left a tip*) ou de ter se arrependido de ter se enganado (*misremembered not having left a tip*). A segunda questão tem a ver com a replicação das análises sobre gatilhos pressuposicionais do inglês para o português. O verbo *misremember* – algo como

ter uma lembrança equivocada sobre alguma coisa¹² – não tem um correlato que funcione exatamente em português. É importante notar que para cancelar essa inferência, em PB, talvez seja preciso estratégias linguísticas mais complexas e não podemos afirmar com certeza, baseando-se apenas nessa análise preliminar, que esse cancelamento realmente é possível. Vemos em (20), tentativas de proferimentos que pudessem se adequar ao contexto proposto por Karttunen (2016):

- (20) a. Sally *achou* que não deixou gorjeta para o garçom e se *arrependeu* disso.
b. Sally se *arrependeu* de não ter deixado gorjeta para o garçom, mas, na verdade, ela se confundiu. Ela deixou a gorjeta antes de sair.

Em (20a), foi preciso lançar mão de uma anáfora (*se arrependeu disso*), o que gera a mesma ambiguidade para a qual chamamos atenção em (19). Há muita discussão sobre anáfora e seria preciso investigar como os dois fenômenos interagem. Além disso, precisamos acionar o verbo *achar*, que é um verbo epistêmico e, por conta disso, o seu complemento está um contexto opaco; nesse caso, não se pode considerar que ele expresse uma proposição verdadeira. Verbos epistêmicos – relacionados a crenças – estabelecem um contraste claro com verbos factivos – supostamente relacionados a fatos – e consistem em um fenômeno à parte que demanda mais cuidado no momento de determinar a interação com as inferências das suas subordinadas.

Já em (20b) encontramos uma estratégia de cancelamento mais labiríntica do que cancelamentos de implicaturas generalizadas clássicas, como a que mostramos em (12b) acima ou ainda a implicatura de exclusividade associada ao disjuntivo *ou*, por exemplo:

- (21) a. Tem sobremesa na geladeira. Você pode comer torta *ou* sorvete.
b. >> Você pode comer um ou outro, mas não os dois.
c. Tem sobremesa na geladeira. Você pode comer torta *ou* sorvete. Até os dois, se ainda tiver apetite.

Seria preciso testar a intuição de mais falantes para que se possa avaliar se o contexto criado em (20b), soa como uma possibilidade real de uso de *arrepender-se*. O fato é que, mais uma vez, não temos para o PB uma análise

¹² Esse verbo em inglês também pode ser usado no sentido de *esquecer*, mas não parece ser o caso em (19).

muito satisfatória da inferência associada a essa expressão, nem como pressuposição, nem como implicatura conversacional generalizada, como sugere Karttunen – noção que parece ser usada frequentemente para “se livrar” do conceito de pressuposição, mas que não resolve efetivamente a questão.

Com relação aos verbos de comunicação como *reconhecer*, *confessar* e *admitir*, Karttunen os coloca ainda mais distanciados do fenômeno pressuposicional típico. Segundo ele, esses verbos “não comprometem o falante com a verdade de nada além de o protagonista ter comunicado alguma coisa que [esse] protagonista gostaria de apresentar como um fato” (KARTTUNEN, 2016, p. 713). O autor considera que essas expressões envolvem implicaturas convencionais ao invés de pressuposições e a verdade ou não do complemento desses verbos dependeria do contexto e das crenças dos interlocutores. O ponto a se explorar aqui é, justamente, essa afirmação de que as inferências associadas a esse subgrupo de verbos factivos são implicaturas convencionais. Vamos a essa questão, analisando o exemplo do autor.

O verbo que Karttunen usa para demonstrar que talvez as supostas pressuposições associadas a esses verbos sejam, na verdade, implicaturas convencionais é “*acknowledge that VP*” – que equivaleria a *reconhecer que VP*, em PB. Segundo ele, a sentença abaixo teria como inferência a verdade do seu complemento a depender das crenças dos interlocutores. O contexto é simples: se um repórter pergunta ao ex-vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, se a guerra do Iraque foi um erro e ele responde que não, o entrevistador poderia reportar essa resposta como:

(22) *Cheney did not acknowledge that the Iraq war was a mistake.*

“Cheney não reconheceu que a guerra do Iraque foi um erro.”

A análise tradicional diria que a sentença em (22) pressupõe a verdade de *a guerra do Iraque foi um erro* – a despeito do que o ex-vice-presidente possa dizer. De acordo com Karttunen, no entanto, essa inferência não precisaria necessariamente ser feita. Para ele, pode ser o caso que se os interlocutores (e o próprio repórter) têm uma visão de mundo *alinhada à do ex-vice-presidente*, a inferência é a de que *a guerra do Iraque não foi um erro*, ao contrário do que algumas pessoas possam pensar. Se, no entanto, essas visões divergirem, então, os interlocutores teriam “uma interpretação diferente de [(22)], a guerra foi um erro, Cheney vive em algum universo paralelo.” (KARTTUNEN, 2016, p. 713). Aqui cabe a observação de que se a verdade do complemento é uma

implicatura convencional, como afirma Karttunen, ela não deveria ser cancelável, isto é, ela estaria associada ao item lexical e não deveria depender das crenças dos interlocutores.

Além disso, não sabemos ao certo se o mesmo raciocínio se aplica quando traduzimos esse exemplo para o PB – vejamos um caso adaptado:

(23) Michel Temer não reconheceu que o impeachment foi um golpe.

A pergunta aqui é se é possível afirmar que um falante que profere (23) pode ter uma visão dos fatos alinhada à do protagonista da sentença, Michel Temer. Isto é, é possível proferir uma sentença com a expressão [*não*] *reconhecer que VP* e considerar que o seu complemento é falso? Podemos tentar manipular a sentença e verificar o cancelamento explícito da inferência:

- (24) a. Michel Temer não *reconheceu* que o impeachment foi um golpe.
b. >> O impeachment foi um golpe.
c. Michel Temer não *reconheceu* que o impeachment foi um golpe e, realmente, não foi.

Ainda que preliminar, essa análise mostra que (24b) funciona mais como um caso de implicatura conversacional generalizada, isto é, ela aparece, a menos que se indique o contrário – como em (24c) – e, portanto, não teríamos aí uma implicatura convencional associada a esse verbo. Os outros verbos apontados como factivos de comunicação, que seriam *confessar* e *admitir* parecem corroborar essa hipótese. Esses verbos, à primeira vista, claramente comprometem o falante com a verdade de seu complemento, nos casos abaixo:

- (25) a. João confessou que Maria estava com ele no momento do crime.
b. João admitiu que Maria estava com ele no momento do crime.
c. >> Maria estava com João no momento do crime.

Considere os exemplos em (25a-b) em um contexto em que João foi chamado para confirmar um alibi e, portanto, nesse caso, a verdade do complemento desses verbos é dada como certa. No entanto, é possível *confessar* e *admitir* coisas que não são necessariamente verdadeiras; podemos cancelar essa suposição da seguinte maneira:

-
- (26) a. João confessou que Maria estava com ele no momento do crime, mas o fez sob coação/ameaça.
- b. João admitiu que Maria estava com ele no momento do crime, mas o fez sob coação/ameaça.

Salvo melhor juízo, os exemplos acima são casos perfeitamente possíveis de uso desses verbos¹³. Embora, certamente, essa intuição precise ser testada com mais falantes, a hipótese mais adequada aqui é a de que, se as inferências griceanas podem ser acionadas para analisar esses verbos, seria via implicaturas conversacionais que essa análise se daria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como principal proposta apontar a complexidade que envolve a determinação de qual é o estatuto da inferência associada a alguns verbos factivos. Além disso, pretendemos demonstrar que as noções griceanas de implicaturas podem ser um caminho possível, ainda que isso, claramente, demande análises mais aprofundadas – sobretudo no que diz respeito a discussões voltadas especificamente para o PB. Por questões de espaço e objetivos do texto, não foi apresentada uma solução categórica para a questão.

A partir das intuições apresentadas, um desdobramento interessante é questionar a própria tipologia dos verbos factivos e considerar a hipótese de que os verbos analisados nesse texto não façam parte desse grupo. A indiscutível leitura factiva das expressões em questão em sentenças simples, além de algumas sentenças complexas – conforme apresentado ao longo do texto –, demanda que essa hipótese seja analisada com mais cuidado. Ainda assim, fica como objeto para trabalhos futuros explorar essa saída que não costuma ser considerada pela bibliografia clássica sobre o assunto.

Outro aspecto que esperamos ter demonstrado é que nem sempre é possível encontrar uma contraparte óbvia em português para exemplos do inglês e isso pode comprometer as análises – conforme apresentado na discussão das afirmações de Karttunen (2016) sobre casos como (22).

¹³ Uma objeção possível para essa argumentação é a de até que ponto se pode considerar exemplos em que há mentira. A resposta para isso está, justamente, na distinção que Karttunen (2016) faz entre o falante e o protagonista da sentença, isto é, a questão aqui é o comprometimento do falante com a verdade da inferência e não o comprometimento do protagonista. É possível, portanto, que um falante profira (26a-b), disparando a inferência em (25c), mesmo que João tenha mentido.

O debate sobre os gatilhos pressuposicionais está um pouco estagnado no Brasil. O material de referência mais completo de que dispomos sobre pressuposição, em PB, é da época de maior efervescência dos estudos sobre pressuposição na década de 1980: o manual, citado nas seções anteriores, *Pragmatics* (1983), de Stephen Levinson, traduzido para o português apenas em 2007. O presente artigo se propôs também a apontar para a relevância de uma pesquisa linguística sobre as inferências dos verbos factivos (e dos gatilhos pressuposicionais, em geral) que possa, de alguma maneira, preencher a lacuna bibliográfica sobre o assunto.

Desde o início das discussões sobre as implicaturas griceanas, há uma intuição clara de que esse modelo de inferências pode ajudar a esclarecer aspectos da significação não só dos verbos factivos, como dos gatilhos pressuposicionais, em geral. No entanto, essa relação é feita de maneira um tanto apressada, sobretudo no que diz respeito à implicatura convencional. Além disso, conforme vimos para os exemplos com *arrepender-se*, é preciso não ignorar os outros fenômenos que interagem com as inferências – sejam elas pressuposicionais ou implicaturas –, como contextos epistêmicos e anáforas.

Por fim, muitos autores têm iniciado pesquisas experimentais a fim de avaliar empiricamente a intuição dos falantes no que diz respeito às implicaturas e pressuposições – para conhecer alguns desses trabalhos com experimentos, é possível consultar o volume organizado por Schwarz (2015) com artigos sobre o tema. Esperamos ter demonstrado a necessidade de um entendimento mais aprofundado sobre essas inferências para a elaboração de experimentos, com o foco no processamento da pressuposição, com falantes de PB; trabalhos dessa natureza são, até onde pudemos averiguar no momento, inéditos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BACH, Kent. The myth of conventional implicature. *Linguistics and philosophy*. n. 22, p. 327-366, 1999.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

GOLDNADEL, Marcos. *Pressuposição radicalmente pragmática*, 2004. 254 f. Tese. (Doutorado em Letras: Linguística Aplicada) Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Tradução: João Wanderley Geraldi. São Paulo: UNICAMP, 1982. p. 81-103

-
- GRICE, Paul. Logic and Conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry. *Syntax and Semantic 3: Speech Acts*. New York: Elsevier Academic Press, 1975. p. 41-58.
- HORN, Laurence. A presuppositional approach to “only” and “even”. *Proceedings of the Chicago Linguistic Society*, v. 5, p. 98-107, 1969.
- KARTTUNEN, Lauri. Presupposition: What went wrong?. *Proceedings of SALT 26*, p. 705-731, 2016.
- KARTTUNEN, Lauri. Some observations on factivity. *Paper in Linguistics 4*, p. 55-69, 1971b.
- KARTTUNEN, Lauri; PETERS, Stanley. Conventional implicature. In: OH, Choon-Kyu; DINNEEN, David. A. *Syntax and Semantics 11: Presupposition*. New York: Elsevier Academic Press, 1979. p. 1-56
- KIPARSKY, Carol; KIPARSKY, Paul. *Fact*. In: BIERWISCH, M.; HEIDOLPH, K. *Progress in Linguistics*. Mouton: The Hague, 1970. p. 143-173.
- LEVINSON, Stephen. *Pragmática*. Trad.: Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- LEVINSON, Stephen. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- PAGANI, Luiz Arthur. *Pressuposição, representação lexical e ciência cognitiva*. 1996. 101 f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- PAGANI, Luiz Arthur; D'ÁVILA, Andressa. Quais são mesmo os significados de "mesmo"?. *Fórum Linguístico 14*, p. 2008-2026, 2017.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato. *Arquitetura da Conversação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- ROMOLI, Jacopo. *Soft but strong. Neg-raising, soft triggers, and exhaustification*. 2012. 282 f. Tese. (Doutorado em Filosofia) Departamento de Linguística, Universidade de Harvard, Cambridge.
- SIMONS, Mandy. On the conversational basis of some presuppositions. *Proceedings of Semantics and Linguistics Theory*, p. 431-448, 2001.
- STALNAKER, Robert. Pragmatic Presuppositions. In: MUNITZ, M.; UNGER, P. *Semantics and Philosophy*. New York: NY University Press, 1974.
- STALNAKER, Robert. Presuppositions. *The Journal of Philosophical Logic*, v. 2, p. 447-457, 1973.
- SCHWARZ, Florian. *Experimental perspectives on presuppositions*. Switzerland: Springer, 2015.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 13 de novembro de 2017.

Aprovado em sistema duplo cego em: 17 de dezembro de 2017.